

1 **ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM**

2 **23 de Fevereiro de 2012**

3 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às 08:30 horas em primeira
4 convocação e às 9:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, no Auditório da
5 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, à Rua Hermes Fontes, 315 – Bairro
6 Batel, em Curitiba/PR, foi realizada a Assembléia Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
7 Criança e Adolescente – CEDCA/PR, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados:
8 Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: **Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani** (ABEC),
9 **Geliane Quemelo** (ABEC), **Padre Dácio Elisio Bona** (Instituto Educacional Dom Bosco), **Maestelli**
10 **Menezes Médici** (APMI/Mamborê), **Ana Paula Ribeirete Baena** (Associação Hospitalar de Proteção a
11 Infância – Dr. Raul Carneiro), **Janaína Fátima de Souza Rodrigues** (Fundação Iniciativa), **Hélio**
12 **Cândido do Carmo** (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu), **Alexandra Alves José** (EPESMEL), **Terezinha**
13 **de Jesus Ferreira Negrão** (Fraternidade Peregrino da Luz). Conselheiros Governamentais: **Jocélia**
14 **Soares Fernandes** (Casa Civil), **Ana Cláudia Miguel Ferigotti** (SETI), **Marcela Divanir Evangelista**
15 (SEDS), **Cláudia Regina Bronner Foltran** (SEDS), **Marisa da Costa** (SESA), **Renata Mele** (SEEC),
16 **Osny Martinelli Pereira** (SEPL), **Márcia Tavares dos Santos** (SESP), **Darli Machado Sant'anna**
17 (SETU). Dra. **Ana Christina Brito Lopes** (Consultora da OAB), **Mayta Lobo dos Santos** (OAB), **Jean**
18 **Carlos Bueno Braghirolli** (Representante dos Adolescentes - Titular). Abertura: às 14:00 horas pela
19 Vice-Presidente do CEDCA, Conselheira Cláudia Foltran que a todos saudou, comunicando a aprovação
20 em conjunto dos projetos do FIA analisados pelas Câmaras no período da manhã. Nesse primeiro
21 momento, no âmbito do seu trabalho, a Conselheira Jimena informou que planeja-se um novo projeto de
22 atendimento voltado para adolescentes em uso de substâncias psicoativas. Assim, está sendo
23 contratado um consultor que pudesse contribuir no tipo de atendimento e parceria a serem utilizados.
24 Está difícil de encontrar esse profissional, que conhecesse muito bem o município de Curitiba e
25 estivesse apto a construir tais propostas, desenvolvendo uma eficiente divulgação do seu e-mail para o
26 repasse de informações. A Conselheira Vice-Presidente do CEDCA, Cláudia Foltran comunicou ao
27 Plenário que o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR assinou uma Resolução conjunta
28 com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, criando uma Comissão
29 Intersetorial, para o reordenamento de serviços de proteção social de alta complexidade, que englobaria
30 o acolhimento institucional de crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Os membros foram
31 determinados, entre eles dois Conselheiros do CEDCA, garantindo a paridade. O grupo estará composto
32 por representantes das Secretarias da Família, da Saúde, da Educação, da Justiça e Direitos Humanos;
33 além da Fundação de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde, da Pessoa com deficiência, do Poder
34 Judiciário e Ministério Público. Segundo informado, o conteúdo dessa Resolução será encaminhado aos
35 Conselheiros e a Secretaria Executiva receberá os nomes dos interessados a serem encaminhados ao
36 CEAS até o próximo dia 02 de março. Câmara do FIA (anexo I). Colocado em tela a listagem dos
37 projetos do FIA aprovados através de análise da Câmara, submetendo-os à aprovação do Plenário. Ao
38 longo da explanação dos projetos, algumas considerações foram surgindo, a exemplo da fala das
39 Conselheiras Regina Bley e Carmen Zadra, ambas demonstrando preocupação pelos cursos

40 profissionalizantes e oficinas, algumas sem cunha educativo e até com atividades inapropriadas para
41 menores de 18 anos. O CEDCA está aprovando ou apoiando projetos que não estão levando em
42 consideração os aspectos legais. Segundo a Conselheira Carmen, talvez faltem maiores
43 esclarecimentos a serem dados por parte da equipe técnica e os Escritórios Regionais necessitam atuar
44 mais junto aos Municípios. Enquanto Conselheiros, precisa haver o compromisso de não se aprovar
45 todos os projetos que aparecem. Completou a Conselheira Regina Bley (SEJU) realçando que o
46 procedimento de análise deverá ser também aplicado em outros projetos que ferem a Lei, na questão de
47 oficinas laborativas que, na verdade, são um trabalho infantil disfarçado. Amplas explicações foram
48 dadas pelo Conselheiro Padre Dácio, por conta da sua entidade Instituto Educacional Dom Bosco ter
49 apresentado um projeto aprovado na 1ª fase. Os dados maiores são constantes do relatório de Câmara
50 do FIA. Através da técnica Marcela (Grupo Financeiro), o plenário foi informado que os setores
51 competentes estão atentos aos problemas encontrados nas prestações de contas e más execuções de
52 programas de determinados municípios. Tais situações acabam por invalidar possíveis projetos
53 aprovados pelo Conselho, em outras ocasiões, a partir do momento que, lá na frente, se tome
54 conhecimento oficial dessas situações. Na continuidade, a Conselheira Vice-Presidente lembrou que
55 na última Assembleia do CEDCA definiu-se que, se após a análise e aprovação dos projetos da Câmara
56 do FIA houvesse tempo hábil, as Câmaras Setoriais apresentariam os seus relatórios. Exercendo a sua
57 função, o Conselheiro Hélio realçou que na última reunião foram aprovados alguns artigos que não estão
58 constantes da deliberação, os quais são de extrema relevância para a Sociedade Civil. Informou a
59 Conselheira Vice-Presidente Cláudia que por conta disso havia pedido vistas da ata de 10/02. Os
60 assuntos discutidos e aprovados com a mesma redação sugerida, já estão inseridos no documento e é
61 assunto pacificado. **Câmara de Garantia de Direitos** (anexo II). Relatora: Márcia Tavares dos Santos.
62 Retirados 4 processos de pauta e os Conselheiros irão elaborar um relatório detalhado sobre cada um.
63 Na oportunidade, a Conselheira Vice-Presidente Cláudia Foltran compartilhou com o plenário o fato do
64 Conselheiro Hélio ter apontado três pontos relevantes já discutidos, aprovados e que não foram incluídos
65 no edital de eleição. Ponderando, veio a informar ter pedido vistas do conteúdo da Ata referente à
66 Assembleia de 10 de fevereiro/2012. Lembrou já ter sido acordado que os temas já, porventura,
67 vencidos até aquela altura da discussão, fariam então parte desse edital. Garantiu ainda que dos 3
68 pontos citados pelo Conselheiro Hélio, um deles causou-lhe desconforto para constatar que foi daquela
69 forma que a redação resultou em aprovação, motivo pelo qual pediu vistas da transcrição da referida ata.
70 Como esse documento é resultante de uma reunião com a duração de 8 horas, essa parte ainda não
71 estava transcrita. De qualquer forma, essa confirmação de como a questão foi pacificada na reunião,
72 teremos uma conclusão assim que esse documento seja socializado. Mesmo assim, avaliou que o
73 compromisso é o mesmo que se tinha no último evento: o que foi aprovado e vencido, aprovado está! A
74 Conselheira Regina Bley (SEJU) disse concordar plenamente com o que o Conselheiro colocou e a
75 posição da Presidente em exercício: o que foi decidido e aprovado, aprovado estará. A plenária é
76 soberana e decide por isso: desejou apenas destacar que essa discussão tinha passado por uma
77 Câmara, o Conselho como um todo não teve conhecimento disso e num movimento contrário, o que
78 tinha sido deliberado na Câmara, adotou-se um outro caminho. É necessário que tudo isso fique muito
79 claro, para que não se repita. Muitas das pessoas que participaram dos trabalhos da Câmara, no
80 plenário acabaram não se manifestando. Reavaliando a questão, o Conselheiro Hélio lembrou que na
81 naquela ocasião, as Câmaras não tiveram o devido espaço para repassar os seus relatos considerados
82 prioritários, assim como a Comissão da Conferência. Dessa forma, as discussões não foram adiante.

83 Atentas às colocações, a Conselheira Márcia Tavares dos Santos colocou que os componentes da sua
84 Câmara, na verdade, ficam aborrecidos. Sabe que a sistemática adotada nas atividades das Câmaras é
85 a mesma já pensada no ano passado. Assim quando a questão entrou para o grupo, os demais assuntos
86 foram suspensos para haver total prioridade. Por se tratar de questão polêmica e com prazos
87 determinantes, houve dedicação total dos Conselheiros. No entanto, é um momento a ser reavaliado
88 pois alterar as regras da eleição durante a mesma, ficaria desagradável até para o público envolvido.
89 Sendo assim, ponderou somar todas as anotações dos Conselheiros, fazendo uma proposta única muito
90 bem pensada, discuti-la e enviar imediatamente para a Assembleia. Como tratou-se de assunto
91 intensamente conversado entre os quatro Conselheiros na Câmara, de repente a questão foi exposta
92 para a plenária e a Câmara não se manifestou. Ponderou o Conselheiro Hélio, considerando ser
93 necessário provocar novas discussões a respeito do edital, já na próxima reunião, para que ocorram os
94 avanços esperados. Lembrou que as discussões tem ocorrido antes do processo e não durante como foi
95 referido. Foi a vez da Conselheira Vice-Presidente Cláudia, colocar que agendou-se uma Reunião
96 Extraordinária com pauta específica para esse assunto e o compromisso foi cancelado por não atender
97 os prazos do Regimento Interno. Todos tem tido o maior interesse para que as coisas ocorram da melhor
98 forma possível, para isso existe uma Comissão de Organização da Conferência, e também a Câmara de
99 Garantia de Direitos com a prerrogativa de analisar um assunto em especial, objetivando uniformizá-lo.
100 O que se tenta pacificar, é que se tenha de uma vez por todas esse edital à disposição das entidades
101 que queiram se candidatar, uma vez que o atraso já é de 1 ano. Compartilhando, a Conselheira Jimena
102 considerou existir uma grande dificuldade das organizações se candidatarem, motivo pelo qual a
103 Sociedade Civil definiu pela modificação desse edital. Com todos os esforços já dispendidos ao longo de
104 alguns meses, verifica-se que não se está vencendo essas modificações. Disse entender que diversas
105 pessoas participaram das discussões da Câmara e não se posicionaram. Como ficaram as deliberações
106 dessa Câmara? Disse não se sentir a vontade para votar. Tomou a palavra a Conselheira Vice-
107 Presidente Cláudia, afirmando que a plenária já aprovou certas mudanças e o que a Câmara de Garantia
108 propôs foi efetuar a revisão total do conjunto de legislações do CEDCA. O que foi consensualizado e
109 votado já é assunto vencido, os demais serão definidos dentro da Câmara competente. A plenária não
110 poderá voltar atrás no que se refere à mudanças já aprovadas. Essas já não mais poderão serem
111 submetidas à revisão total dessa Câmara, que o fará a partir do ponto em que foi suspensa a discussão.
112 Mudanças foram solicitadas do ponto de vista de operação de Lei e nem por isso houve recuo, está ai a
113 questão de utilidade pública estadual como exemplo (retirada). Concorde-se que a Sociedade Civil deve
114 ter abertura para participar do processo, mas preocupa-se que o prazo desse Conselho é 15 de abril,
115 com uma prorrogação de 30 dias. A Conferência aproxima-se, assim realizar as coisas no afogadilho é
116 muito desconfortável. As mudanças na documentação dependem de um parecer da própria Assembleia
117 e se isso não for aceito? Disse acreditar mesmo que essa Lei merece ser melhorada, mas o edital será
118 elaborado com o que se tem hoje. A Câmara de Garantia deverá trazer propostas para serem ainda
119 discutidas e assuntos já lapidados. Um assunto que veio à tona é como as organizações são
120 mencionadas na Lei, com nomenclaturas diferentes que só atrapalham. Para essa eleição poderia
121 permanecer assim, porque outras eleições já aconteceram dessa maneira. Ainda, existem certos pontos
122 que poderão ser negociados mais para frente; os contundentes, a exemplo da documentação e dos
123 prazos já se conseguiu fazer. Solicitou-se então aos Conselheiros, que avaliem essa possibilidade de
124 dar essa incumbência à Câmara de Garantia de Direitos, evitando o engessamento de alguns pontos e
125 ampliando a participação tão desejada. Todas as opiniões estarão ali contempladas. Fundamentou-se o

126 Conselheiro Padre Dácio, citando que não é seu desejo abstrair nada do que foi colocado pelos
127 Conselheiros Hélio e Jimena e sim acrescentar. Expressou a sua admiração pelas palavras convincentes
128 e inflamadas da Conselheira Vice-Presidente Cláudia. Considerou ser necessário rever a função do
129 Conselho e as prerrogativas que poderão auxiliar. Disse detectar um certo desânimo na Sociedade Civil,
130 foi Conselheiro em tempos passados e em 20 anos esse caminhar poderia ter sido mais profícuo.
131 Ressaltou que desejaria ver o Conselho no espírito desta lei e não no legalismo dela. Apontou o grupo
132 governamental que parece não estar respondendo o que o Conselho Estadual espera. A Conselheira
133 Paula solicitou que se procedesse uma breve recapitulação do que já está sacramentado e o que ira
134 para a frente. Acatando a Sugestão, a Vice-Presidente compartilhou os pontos pautados pelo
135 Conselheiro Élio na última reunião :- prorrogação do período de inscrição, o Art.3º item 3 abordando a
136 inscrição do CMDCA, correspondências das inscrições enviadas a Secretaria Executiva do CEDCA.
137 Inicialmente, esses 3 pontos foram vistos, porém as discussões ganharam corpo. A exceção do Art.3 item
138 3 para o qual foi solicitado vistas, a principio foram todas aprovadas (inscrição por correspondência e
139 prorrogação do período de inscrição.) Disse ter dúvidas da redação utilizada para os demais textos. A
140 Conselheira Márcia Tavares concluiu ser agora uma questão técnico objetiva : aguardar a remessa da
141 Ata, quando então será possível avaliar a veracidade das coisas; aquilo que foi aprovado e o que deverá
142 retornar para a Câmara. Com relação aos três itens, reforçou que se deve aguardar a ata.
143 Oportunamente, o apoio técnico do CEDCA Juliany, trouxe informações à Vice-Presidente, a saber: ao
144 ouvir certos trechos da gravação ocorrida na última Assembleia, obteve-se a certeza de algumas
145 questões: ▪ Hora – 2h45min.: “Art. 2º – Letra 'C', assunto: Registro no CMDCA e/ou declaração de que
146 se encontra registrada e em pleno e regular funcionamento durante os últimos 12 meses. Inclusão para
147 entidades que mantenham programas de proteção e /ou socioeducativo nos regimes previstos no Art. 90
148 do ECA” (não submetido à votação); ▪ Hora – 2h30min.: “Art. 4º – Letra 'B' – Declaração de próprio
149 punho ...” (APROVADO). ▪ Hora – 2h45min.: “Sugerida a inclusão de 'apresentados os originais para
150 conferência no momento de protocolo, as quais será registrado – 'confere com o original' – e a redação
151 original foi mantida, não havendo aprovação. Segundo a Vice-Presidente, o melhor seria aguardar a
152 de gravação da Ata. Garantiu que esses três tópicos foram enfrentados na última reunião porém existem
153 divergências de interpretação naquilo que foi aprovado ou não, devido às réplicas e tréplicas. Solicitou a
154 devida paciência, lembrando que as gravações também são de livre acesso a todos. Diante do impasse,
155 o Conselheiro Hélio manteve a sua posição, garantindo não ser leviano ao ponto de considerar que tais
156 assuntos não haviam passado pelo Conselho. Levou em conta que são as questões que menos
157 interferem no processo. Disse não ver motivo para que não conste em Ata e se isso ocorreu, que se faça
158 constar. Desejou ouvir os outros Conselheiros, para que não seja o único a rebater a questão. Sugestão
159 da Conselheira Márcia: aguardar a transcrição da ata e os demais assuntos, devolve-se para a Câmara.
160 Está se discutindo em cima de uma possibilidade do prazo de prorrogação ser aceito ou não
161 (Assembleia Legislativa). - Alguns Conselheiros comprovaram que devido o horário avançado naquela
162 data, não houve uma manifestação favorável ou contrária, assim considerou-se APROVADO. A
163 Conselheira Jimena colaborou dizendo que esse tipo de situação é repetitiva nesse Conselho. Quando
164 há consenso, não existe manifestação. A Conselheira Cláudia se manifestou informando que existem
165 assuntos sobre os quais não se tem decisão imediata. Toda vez que se põe um assunto em apreciação,
166 deve haver o retorno do aprovado ou não, em alto e bom som, justamente porque tudo está sendo
167 gravado. A ausência da expressão APROVADO acaba gerando dúvidas ao final das discussões. Caso
168 as pessoas fiquem reticentes, o silêncio não significa aprovação para quem está fazendo a oitiva de uma

169 degravação. Já a Conselheira Jimena disse haver um problema de estilo na condução de uma plenária,
170 acreditando que quando há uma discordância, alguém se manifesta. Caso contrário, considera-se a
171 aprovação. Nessa plenária, as Câmaras deveriam apresentar as suas questões não vencidas. A reunião
172 Extraordinária, regimentalmente falando, baseia-se em pauta específica. Em tempo hábil, seriam ouvidas
173 as demais Câmaras. Na última reunião plenária, entrou-se no mérito da elaboração do edital e a Câmara
174 de Garantia de Direitos fez a proposição de analisar a legislação e o edital, para o pleito de 2014/2015.
175 O Conselheiro Hélio analisando o edital, percebeu inconsistências naquilo que foi aprovado na última
176 reunião do CEDCA e trouxe essas questões para o Conselho. Concluiu que essa pauta será vencida nos
177 dias 15 e 16 de março, já que a atual é uma Assembleia Extraordinária. As situações referentes às
178 aprovações ou não de determinados quesitos, aguarda-se a transcrição da ata. Segundo a Conselheira
179 Regina Bley, o mais importante é manter a decisão: o que foi aprovado, independente da decisão da
180 Câmara, deverá ser mantido. Ninguém voltará atrás nos encaminhamentos já dados na reunião
181 passada. Isso está explicitado – o que será APROVADO, será MANTIDO. O que ainda não foi visto, a
182 Câmara o fará, valendo para o próximo pleito. É necessário utilizar os recursos para dirimir dúvidas.
183 Segundo a Vice-Presidente; a Comissão Eleitoral deverá ter acesso a todas essas decisões. Colocar
184 claramente o que será votado, evitando dúvidas. ▪ proposição da Câmara de Garantia de Direitos: que
185 possa fazer a análise do Edital, bem como as proposições de alteração e uniformização para possíveis e
186 futuras eleições. O assunto que o Conselheiro Hélio trás é atual e será pautado na próxima assembleia.
187 Em votação: APROVADO com 16 votos, sendo 1 voto contrário (registrado em ata a pedido do
188 Conselheiro Hélio). **Encerramento:** A presente ata foi transcrita por Regina Amasiles Rodrigues Costa,
189 lavrada por Helena Navarro Gimenez (Secretária Executiva), digitada por Willian Binhara e depois de
190 aprovada será assinada pelos Conselheiros presentes a essa Assembleia.

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

ANEXO I

211 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA**
212 **CAMARA DO FIA - 09/02/2012**

213

214 **● PARTICIPANTES:**

215 Equipe Técnica:

216 Conselheiros(as): Gleyson, Ana Paula Bena, Ires Damian, Cláudia Foltran, regina Bley, Roberto

217 Apoio Técnico: Adriane Chede e Edinéia Capilé

218

219 **Assuntos:**

220

221 **Apoio Técnico – ADRIANE ZIELINSKI CHEDE E EDINÉIA CAPILÉ**

222

223 **8. Interessados: Municípios/Entidades - Liberdade Cidadã:**

224 Fase II – Apresentação de Plano de Trabalho e Plano de Aplicação para aprovação conforme seguem:

225

226 **8.1 Protocolo nº 11.288.866-7 – Prefeitura de Alto Piquiri:**

227 **Valor:** R\$ 10.087,00

228 **Executor:** CREAS

229 **Metas mensais:** 03

230 **Parecer ER:** Favorável

231 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:

232 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado

233 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.

234

235 **8.2 Protocolo nº 11.288.837-3 – C.A.S.A – Apucarana:**

236 **Valor:** R\$ 118.797,64

237 **Executor:** Serviço Referenciado – Não Governamental

238 **Metas mensais:** 46

239 **Parecer ER:** Favorável

240 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:

241 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado

242 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.

243

244 **8.3 Protocolo nº 11.288.838-1 – EDHUCA – Apucarana:**

245 **Valor:** R\$ 145.200,00

246 **Executor:** Serviço Referenciado – Não Governamental

247 **Metas mensais:** 55

248 **Parecer ER:** Favorável

249 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:

250 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado

251 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.

252

253 **8.4 Protocolo nº 11.288.836-5 – Prefeitura de Arapongas:**

254 **Valor:** R\$ 190.080,00
255 **Executor:** CREAS
256 **Metas mensais:** 72
257 **Parecer ER:** Favorável
258 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
259 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, mediante apresentação das certidões faltantes.
260 **Parecer do CEDCA:** APROVADO, com as mesmas ressalvas.
261
262 **8.5 Protocolo nº 11.288.865-9 - Prefeitura de Cambé:**
263 **Valor:** R\$ 79.200,00
264 **Executor:** CREAS Temático
265 **Metas mensais:** 30
266 **Parecer ER:** Favorável
267 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
268 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
269 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
270
271 **8.6 Protocolo nº 11.288.867-5 – Prefeitura de Campina da Lagoa:**
272 **Valor:** R\$ 76.560,00
273 **Executor:** Órgão Gestor
274 **Metas mensais:** 29
275 **Parecer ER:** Favorável
276 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
277 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, com observação: verificou-se a baixa eficácia das medidas
278 socioeducativas no ano de 2010. Indica-se que, para esse projeto, o cumprimento da medida seja
279 superior a 50%.
280 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com as mesmas considerações da Câmara.
281
282 **8.7 Protocolo nº 11.288.829-2 – Prefeitura de Campo Mourão:**
283 **Valor:** R\$ 84.480,00
284 **Executor:** CREAS
285 **Metas mensais:** 58
286 **Parecer ER:** Favorável
287 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende
288 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
289 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
290
291 **8.8 Protocolo nº 11.288.847-0 – Prefeitura de Cascavel:**
292 **Valor:** R\$ 562.320,00
293 **Executor:** CREAS Temático
294 **Metas mensais:** 213
295 **Parecer ER:** Favorável
296 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:

297 **Parecer da Câmara do FIA: Aprovado**
298 **Parecer do CEDCA: APROVADO.**
299
300 **8.9 Protocolo nº 11.288.831-4 – Prefeitura Municipal de Castro:**
301 **Valor:** R\$ 31.000,00
302 **Executor:** CREAS Temático
303 **Metas mensais:** 37
304 **Parecer ER:** Favorável
305 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
306 **Parecer da Câmara do FIA:** Encaminha para plenária para apreciação do parecer da equipe
307 **técnica da CPSE (folha 50).**
308 **Parecer do CEDCA: APROVADO.**
309
310 **8.10 Protocolo nº 11.288.871-3 – Espaço Jovem Evolução – Cornélio Procópio:**
311 **Valor:** R\$ 182.160,00
312 **Executor:** Serviço Referenciado não governamental
313 **Metas mensais:** 69
314 **Parecer ER:** Favorável
315 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
316 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, condicionado ao parecer técnico circunstanciado assinado
317 **por profissional habilitado em segurança do trabalho, conforme previsto no Inciso II do Parágrafo**
318 **Primeiro do Decreto n. 6481/2008 da Presidência da República.**
319 **Parecer do CEDCA: APROVADO. Com as ressalvas apontadas pela Câmara que analisou o**
320 **projeto.**
321
322 **8.11 Protocolo nº 11.288.874-8 – Prefeitura de Cruzeiro do Oeste:**
323 **Valor:** R\$ 60.984,00
324 **Executor:** CREAS
325 **Metas mensais:** 23
326 **Parecer ER:** Favorável
327 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações:
328 **Parecer da Câmara do FIA: Aprovado**
329 **Parecer do CEDCA: APROVADO.**
330
331
332 **8.12 Protocolo nº 11.288.832-2 – Prefeitura de Curiúva:**
333 **Valor:** R\$ 35.000,00
334 **Executor:** CREAS
335 **Metas mensais:** 15
336 **Parecer ER:** -
337 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações
338 **Parecer da Câmara do FIA: Aprovado**
339 **Parecer do CEDCA: APROVADO.**

340

341 **8.13 Protocolo nº 11.288.849-7 – Prefeitura Fazenda Rio Grande:**

342 **Valor:** R\$ 39.600,00

343 **Executor:** CREAS

344 **Metas mensais:** 108

345 **Parecer ER:** Favorável

346 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende com Observações

347 **Parecer da Câmara do FIA:** Não Aprovado.

348 **Parecer do CEDCA:** NÃO APROVADO.

349

350

351 **8.14 Protocolo nº 11.288.835-7 – Prefeitura de Goioerê:**

352 **Valor:** R\$ 113.256,00

353 **Executor:** CREAS

354 **Metas mensais:** 44

355 **Parecer ER:** Favorável

356 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende

357 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, condicionado ao ajuste no Plano de Aplicação solicitado
358 pelo GPS.

359 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com a ressalva feita pela Câmara.

360

361 **8.15 Protocolo nº 11.288.862-4 – Instituto Educacional Dom Bosco – Guarapuava:**

362 Solicita prorrogação de prazo, conforme e-mail anexo ao processo.

363 **Parecer da Câmara do FIA:** Encaminha para análise da plenária.

364 **Parecer do CEDCA:** NÃO APROVADO a prorrogação de prazo.

365

366 **8.16 Protocolo nº 11.288.869-1 – Prefeitura de Guaratuba:**

367 **Valor:** R\$ 71.280,00

368 **Executor:** CREAS

369 **Metas mensais:** 60

370 **Parecer ER:** Favorável

371 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações

372 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado

373 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.

374

375 **8.17 Protocolo nº 11.288.870-5 – Prefeitura de Ivaiporã:**

376 **Valor:** R\$ 42.040,00

377 **Executor:** CREAS

378 **Metas mensais:** 16

379 **Parecer ER:** Favorável

380 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações

381 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, mediante apresentação da documentação faltante (CND)

382 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com as mesmas ressalvas da Câmara.

383
384 **8.18 Protocolo nº 11.288.842-0 – Prefeitura de Jacarezinho:**
385 **Valor:** R\$ 21.120,00
386 **Executor:** CREAS
387 **Metas mensais:** 7
388 **Parecer ER:** Favorável
389 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
390 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado condicionado à implementação do PIA conforme prevê o
391 **SINASE e o Art. 15 da Deliberação n. 52/2011. O ER deverá acompanhar esta implementação.**
392 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com as mesmas ressalvas da Câmara.
393
394 **8.19 Protocolo nº 11.288.834-9 – Prefeitura de Jardim Alegre:**
395 **Valor:** R\$ 29.040,00
396 **Executor:** CREAS
397 **Metas mensais:** 10
398 **Parecer ER:** Favorável
399 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
400 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
401 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
402
403 **8.20 Protocolo nº 11.288.830-6 – Prefeitura da Lapa:**
404 **Valor:** R\$ 35.640,00
405 **Executor:** CREAS Temático
406 **Metas mensais:** 30
407 **Parecer ER:** Favorável
408 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
409 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
410 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
411
412 **8.21 Protocolo nº 11.288.846-2 – Prefeitura de Londrina:**
413 **Valor:** R\$ 497.640,00
414 **Executor:** CREAS Temático
415 **Metas mensais:** 377
416 **Parecer ER:** Favorável
417 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
418 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, condicionado à apresentação de ajuste em 08 dias a contar
419 **da presente data.**
420 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com a condição de apresentação do ajuste até a data de 02 de
421 **março/2012.**
422
423 **8.22 Protocolo nº 11.288.845-4 – Prefeitura de Mandaguari:**
424 **Valor:** R\$ 73.920,00
425 **Executor:** CREAS

426 **Metas mensais:** 28
427 **Parecer ER:** Favorável
428 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende
429 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
430 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
431
432 **8.23 Protocolo nº 11.288.875-6 – Prefeitura de Marialva:**
433 **Valor:** R\$ 44.880,00
434 **Executor:** Órgão Gestor
435 **Metas mensais:** 19
436 **Parecer ER:** Favorável
437 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
438 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado, com observação: sugere-se que a psicóloga que
439 acompanhará esse projeto se dirija (consulte) ao CRP quanto à utilização e necessidade dos
440 testes psicológicos previstos no projeto.
441 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com a intenção que se traga ao processo esclarecimento
442 necessário do Município e do CRP.
443
444 **8.24 Protocolo nº 11.288.848-9 – Prefeitura de Maringá:**
445 **Valor:** R\$ 500.000,00
446 **Executor:** Serviço Referenciado – Municipal
447 **Metas mensais:** 512
448 **Parecer ER:** Favorável
449 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende
450 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
451 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
452
453 **8.25 Protocolo nº 11.288.868-3 – Prefeitura de Paranaíba:**
454 **Valor:** R\$ 100.980,00
455 **Executor:** CREAS
456 **Metas mensais:** 42
457 **Parecer ER:** Favorável
458 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
459 **Parecer da Câmara do FIA:** Não Aprovado. Município não encaminhou os ajustes quanto às
460 oficinas, conforme parecer da equipe técnica.
461 **Parecer do CEDCA:** APROVADO. Com as ressalvas de adequação sugeridas, impreterivelmente
462 até o dia 02 de março/2012.
463
464 **8.26 Protocolo nº 11.288.833-0 – Prefeitura de Rio Negro:**
465 **Valor:** R\$ 60.720,00
466 **Executor:** CREAS
467 **Metas mensais:** 25
468 **Parecer ER:** Favorável

469 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
470 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
471 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
472
473 **8.27 Protocolo nº 11.288.851-9 – Prefeitura de Rolândia:**
474 **Valor:** R\$ 115.989,00
475 **Executor:** CREAS
476 **Metas mensais:** 86
477 **Parecer ER:** Favorável
478 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
479 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
480 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
481
482 **8.28 Protocolo nº 11.288.864-0 – Prefeitura de Santa Helena:**
483 **Valor:** R\$ 17.147,00
484 **Executor:** Serviço Referenciado – Municipal
485 **Metas mensais:** 13
486 **Parecer ER:** Favorável
487 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
488 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
489 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
490
491 **8.29 Protocolo nº 11.288.863-2 – Prefeitura de Santo Antonio do Sudoeste:**
492 **Valor:** R\$ 36.960,00
493 **Executor:** CREAS
494 **Metas mensais:** 14
495 **Parecer ER:** Favorável
496 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
497 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
498 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
499
500 **8.30 Protocolo nº 11.288.844-6 – Prefeitura de Sarandi:**
501 **Valor:** R\$ 530.640,00
502 **Executor:** Serviço Referenciado – Municipal
503 **Metas mensais:** 134
504 **Parecer ER:** Favorável
505 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende, com observações
506 **Parecer da Câmara do FIA:** Encaminha caso para a plenária para avaliação do processo referente
507 à situação do município ter prestações de contas pendentes e execução de outros convênios.
508 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
509
510 **8.31 Protocolo nº 11.288.843-8 – Prefeitura de Ubitatã:**
511 **Valor:** R\$ 66.792,00

512 **Executor:** CREAS
513 **Metas mensais:** 23
514 **Parecer ER:** Favorável
515 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Atende
516 **Parecer da Câmara do FIA:** Aprovado
517 **Parecer do CEDCA:** APROVADO.
518
519 **8.32 Protocolo nº 11.288.850-0 – Prefeitura de Iporã:**
520 **Valor:** R\$ 14.731,20
521 **Executor:** CREAS
522 **Metas mensais:** 6
523 **Parecer ER:** Favorável
524 **Parecer Equipe Sede da SEDS:** Não Atende
525 **Parecer da Câmara do FIA:** Não aprovado. Oferta oficinas em desacordo com as atividades
526 permitidas para adolescentes (manuseio de máquina e substâncias químicas).
527 **Parecer do CEDCA:** NÃO APROVADO.
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552

553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594

ANEXO II

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA CAMARA DE GARANTIA DE DIREITOS - 09/02/2012

PARTICIPANTES:

Conselheiros: Márcia Tavares dos Santos – SESP, Maestelli M. Médice – APMI Mamborê, Renata Mele- SEEC, Janaina Fatima de Souza Rodrigues- Fundação Iniciativa

Assuntos:

Ofício/CPG n. 46461/11 PP, n.000672.2004.09.000/3, da Procuradoria Regional do Trabalho da 9.

Região, informando que tramita perante a Procuradoria processo referente ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no que tange ao trabalho infantil em Araucária e solicitando do CMDCA e à Prefeitura informações.

PARECER DA CÂMARA: enviar ofício ao CMDCA e ao Escritório Regional da SEDS solicitando informações sobre os fatos narrados.

PARECER DO CEDCA:

E-mail enviado pela Advogada Renata Christina Machado de Oliveira: informando que o Conselho Tutelar do CIC, mais especificamente a Conselheira Tutelar Dione Maria, se recusou a tomar conhecimento da fuga de casa da adolescente filha do Senhor Carlos Alberto de Pietro, tratando este e sua representante legal com ironia e deboche.

PARECER DA CÂMARA: Juntar cópia da decisão deste CEDCA sobre fuga de casa de adolescente; e, preliminarmente, encaminhar ao Presidente do Conselho Tutelar do CIC e à Conselheira Tutelar Dione Maria para manifestação pormenorizada sobre os fatos narrados.

PARECER DO CEDCA: APROVADO.

E-mails solicitando informações sobre prorrogação de mandato de conselhos tutelares, competências do CMDCA em relação ao processo eleitoral dos conselheiros tutelares e outros.

PARECER DA CÂMARA: Sugere que a Câmara de Capacitação, Mobilização e Articulação elabore conteúdo orientativo das indagações mais frequentes e disponibilize no site do CEDCA.

PARECER DO CEDCA: APROVADO.

Protocolo n. 11.383.162-6, referente à irregularidades existentes CENSE I de Cascavel.

PARECER DA CÂMARA: Encaminhar para SEDS para manifestação ou para juntar cópia de resposta do ofício n.1736/2011 do Juízo de Direito de Cascavel.

PARECER DO CEDCA: APROVADO.